

Pode faltar marcapasso em hospitais

Desvalorização do real aumentou preço do produto. Por isso, o Ministério da Fazenda admite aliviar carga tributária

Liana Verdini
Da equipe do **Correio**
Com agências

Os fabricantes de marcapasso estão ameaçando interromper o fornecimento do produto aos hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) na próxima semana. Tudo por causa de uma diferença de quase R\$ 1.500 entre o preço pago pelo governo e o valor do produto no mercado. Apesar dessa ameaça, o ambiente no Ministério da Saúde é de tranquilidade, porque nenhum técnico acredita na hipótese de desabastecimento.

Tamanha confiança é justificada pelo perfil do mercado. O SUS compra 90% dos marcapassos ven-

didos no Brasil e tem poder suficiente para refrear os aumentos pedidos pela indústria. No momento, os produtores estão exigindo que o governo passe a pagar no mínimo R\$ 3.300 por aparelho. Pela tabela do SUS, os marcapassos custam R\$ 2.524 à rede pública.

Apesar do inegável poder de barganha do governo, as autoridades reconhecem que o preço do produto ficou defasado depois da desvalorização do real a partir de meados de janeiro. É que as principais peças vêm de fora e são apenas montados no país. Por isso, o Ministério da Fazenda admite reduzir a zero as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação desses aparelhos.

Ronaldo de Oliveira 16.9.98



Parente: pedido para que estados isentem o produto do pagamento de ICMS

A proposta foi apresentada pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, aos secretários de Fazenda dos estados na reunião de ontem do Conselho de

Política Fazendária (Confaz). O governo sugere que os estados também colaborem para resolver esse problema isentando o produto do pagamento de Imposto sobre Cir-

culação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O assunto voltará a ser tratado na próxima reunião do Confaz, no dia 2, em Fortaleza.

REDUÇÃO

“O governo federal vai examinar com cuidado a possibilidade de fazer a redução de alíquotas sem a participação dos estados, se for o caso”, disse Pedro Parente ao término da reunião de cerca de três horas com os secretários estaduais de Fazenda. Segundo ele, será uma decisão conjunta dos ministérios da Fazenda e da Saúde, por isso Parente evitou falar em prazos para uma solução desse tipo. “Nossa disposição é tratar do assunto o mais rapidamente possível.”

No Ministério da Saúde, o assunto está sendo tratado com prioridade. “Deveremos ter uma solução esta semana”, informou o secretário de Investimentos do ministério, Geraldo Biasoto. “Vem aumentando a pressão por implantes de emergência e não temos condições de manter o abastecimento a preços antigos”, afirmou Ronaldo Pitta, diretor da Associação de Empresas de Equipamentos Médicos e Hospitalares. Ele disse que as seis empresas fornecedoras têm um estoque de 200 marcapassos a preços antigos. Eles querem, além do aumento para cerca de R\$ 3.300, a compra de outros tipos de aparelhos mais caros pelo SUS.

Mas a pressão da indústria não se restringe à busca por redução de impostos. Ontem, os fabricantes iniciaram no Congresso um corpo-a-corpo com parlamentares para tentar reduzir as taxas de registro de produtos e de fiscalização a serem cobradas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVS), que substituirá a atual Secretaria Nacional. “Eles não querem é pagar taxas”, disse o secretário Nacional de Vigilância Sanitária, Gonçalo Vencina. “Já demos uma colher de chá de graduar as taxas (as empresas menores pagam menos) e eles continuam esperneando”, afirmou.